

Despacho n.º 17 112/2007

Considerando que o licenciado António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho é detentor de um vasto e diversificado currículo profissional, tendo vindo a desempenhar o cargo de secretário-geral do Ministério;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o licenciado António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho é nomeado, em comissão de serviço, secretário-geral, cargo criado *ex novo* pelo n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 214/2006, de 27 de Outubro, e pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 150/2007, de 27 de Abril.

Atento o disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a exercer actividade de docência no ensino superior.

A presente nomeação produz efeitos desde 1 de Maio de 2007.

5 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

ANEXO

Curriculum vitae

(síntese)

António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho — 46 anos de idade. Cargo actual — secretário-geral — Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Lugar de origem — assessor principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Habilitações académicas e formação complementar:

Mestrando em Direito em Acção, pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, parte escolar concluída, encontrando-se suspenso o prazo, nos termos da lei, para elaboração da dissertação;

Pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual;

Pós-graduação em Ciências Jurídicas Direito em Acção, pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa;

Pós-Graduação em Estudos Europeus, dominante Jurídica, pelo Centro de Estudos Europeus, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Católica de Lisboa;

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa;

Diversos cursos de formação profissional, designadamente nas áreas do direito, das finanças públicas, da gestão e da Administração Pública e da informática.

Experiência profissional:

2005-2007 — desempenho do cargo de secretário-geral no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), após a tomada de posse do XVII Governo Constitucional. Serviço da administração pública central que tem implementado um sistema certificado de gestão da qualidade, ambiente, higiene e segurança segundo o referencial das normas NP EN ISO 9001:2000, NP EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001 [NP 4397], desde 27 de Outubro de 2006;

2004 — desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES), XVI Governo Constitucional;

2002-2004 — desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES), XV Governo Constitucional;

2002 — nomeado definitivamente assessor principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, actual Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas;

1997-2002:

Desempenho do cargo de Secretário-Geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), XIII e XIV Governos Constitucionais;

Nomeado assessor da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1997:

Desempenho do cargo de adjunto do secretário-geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia;

Nomeado definitivamente técnico superior principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1996-1997 — nomeado adjunto, para os assuntos jurídicos, do Ministro da Ciência e da Tecnologia, XIII Governo Constitucional;

1994-1996 — desempenho do cargo de director de serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1994 — nomeado definitivamente técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1993:

Nomeado director de serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

Nomeado chefe da Divisão de Apoio Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

Nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

1987-1993 — desempenho de diferentes cargos em gabinetes de membros de governo, incluindo os de chefe de gabinete, conselheiro técnico e assessor;

1987-1991 — exercício da actividade de advocacia, em colaboração, no escritório do Doutor António J. Mendes de Almeida;

1986-1987 — realização do estágio de advocacia no escritório do Prof. Doutor José Maria Gaspar, tendo sido inscrito na Ordem dos Advogados, em 1987.

Outras actividades e referências curriculares de maior destaque:

Representa o MCTES para participar na reunião preparativa do diploma legal do Código dos Contratos Públicos;

Representou o MCTES no grupo de trabalho do programa de reestruturação da administração central do Estado;

Representou o MCTES e o MCIES na comissão para a reavaliação dos institutos públicos;

Representou o MCIES no Núcleo de Acompanhamento da Reforma (NAR) da Administração Pública;

Representou o MCES no grupo de trabalho interministerial no âmbito da «Estratégia da mobilidade»;

Representou o MCIES e o MCES na operacionalização da reforma da Administração Pública — áreas de actuação e metodologias de aplicação;

Representou o MCIES e o MCES na comissão de normalização contabilística da Administração Pública;

Representou o MCIES e o MCES, nas *task forces* II, «Portal do cidadão», IV, «Racionalização dos custos das comunicações», V, «Portal do Governo», e VI, «Compras electrónicas»;

Coordenou o Núcleo de Modernização Administrativa do MCT;

Representou o MCT no Conselho da Qualidade em Serviços Públicos (COSP);

Coordenou a *task force* do ano 2000, criada no âmbito do MCT;

Foi membro do conselho geral do Pavilhão do Conhecimento;

Foi vogal da comissão de remunerações da sociedade Portugal 2001, S. A.;

Foi vogal da comissão de remunerações da Agência de Inovação, S. A.;

Representou o MCT no conselho coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado;

Representou o MCT na Rede Interministerial de Modernização Administrativa;

Foi vogal do conselho fiscal da associação privada sem fins lucrativos denominada Ciência Viva — Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica;

Concorreu, em co-autoria, ao Prémio Descartes 2000, com o trabalho «Manual do funcionário do MCT»;

Presidiu ao júri do concurso público para avaliação dos *websites* da Administração Pública Portuguesa.

Tem participado, na qualidade de membro do júri, em múltiplos concursos públicos, bem como em diversas conferências e seminários, internacionais e nacionais, sendo, igualmente, autor de vários projectos de diplomas legais e de diversos trabalhos de investigação realizados, nomeadamente nas áreas do direito e da Administração Pública.

Possui diversos louvores públicos pelas funções desempenhadas. É sócio efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Despacho n.º 17 113/2007

Considerando que o Prof. Doutor António Ângelo Morão Dias é detentor de um vasto e diversificado currículo profissional, tendo vindo a desempenhar o cargo de director-geral do Ensino Superior;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o Prof. Doutor António Ângelo Morão Dias é nomeado, em comissão de serviço, director-geral do Ensino Superior, cargo criado *ex novo* pelo n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 214/2006,

de 27 de Outubro, e pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 151/2007, de 27 de Abril.

Atento o disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a exercer actividade de docência no ensino superior.

A presente nomeação produz efeitos desde 1 de Maio de 2007.

5 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nome — António Ângelo Morão Dias.

Dados pessoais — nasceu em Vila Franca de Xira em 5 de Março de 1952.

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Mecânica, Universidade de Coimbra, 1975;

Diplôme d'études approfondies em Metalurgia Especial pelo Institut National de Science et Techniques Nucléaires, Universidade de Paris XI, em 1979;

Doctorat ès-Sciences physiques (doctorat d'État), Universidade de Paris XI, em 1985;

Doutoramento em Ciências de Engenharia, na área da Engenharia Mecânica, Universidade de Coimbra, em 1986.

Título académico — agregação em Engenharia Mecânica, Universidade de Coimbra, 2000.

Actividade académica e científica:

É professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

É responsável do grupo de tensões residuais, integrante do Centro de Estudos de Materiais por Difracção de Raios-X, unidade de I&D n.º 36/94; este Centro obteve a classificação de *Excelente* na avaliação internacional promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, referente aos dois últimos triénios de actividades;

É responsável do grupo de controlo e gestão, grupo integrante do Centro de Estudos de Engenharia Mecânica da Universidade de Coimbra, unidade de I&D n.º 285/94, este Centro obteve também a classificação de *Excelente* na avaliação efectuada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, referente aos dois últimos triénios de actividades;

Foi e é responsável científico de um grande número de projectos de investigação e desenvolvimento, nacionais e europeus, assim como de contractos realizados com empresas industriais;

Foi orientador científico de trabalhos conducentes a provas académicas, a saber 8 teses de doutoramento, 16 teses de mestrado, 2 trabalhos de provas públicas para professor-coordenador do ensino politécnico e 3 provas de aplicação pedagógica e capacidade científica;

É autor e co-autor de cerca de 150 publicações e comunicações em revistas e congressos científicos;

Integrou várias comissões científicas e de organização de congressos científicos, nacionais e internacionais;

De 1994 a 2003 exerceu as funções de coordenador do Pólo da Figueira da Foz da Universidade Católica Portuguesa, tendo também sido director das licenciaturas em Engenharia Industrial e em Gestão Industrial;

Em 1994 foi professor convidado da École Nationale Supérieure d'Arts et Métiers, em Paris;

Entre 1986 e 1988 colaborou como professor convidado, com a Escola Superior de Tecnologia de Tomar.

Outras actividades:

Durante a sua estada em França, de 1975 a 1994, colaborou com vários laboratórios e associações científicas e técnicas, de entre as quais o Laboratoire de Métallurgie Physique, da Universidade de Paris XI, o Institut de Recherche de la Sidérurgie Française, a Société française de Métallurgie e a Association Technique de la Sidérurgie;

Em Portugal, tem colaborado nos últimos anos com diversas instituições das quais se realça a Ordem dos Engenheiros, o Centro Tecnológico de Cerâmica e do Vidro, a Fundação das Universidades Portuguesas e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos;

É membro da comissão executiva da Federação Ibero-Americana de Engenharia Mecânica;

Director-geral do Ensino Superior desde 5 de Fevereiro de 2004.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 17 114/2007

1 — Com a publicação dos diplomas que concretizam o processo de reorganização dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, consagrado no Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a nova estrutura orgânica do Ministério, determina-se a manutenção das comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção superior de 2.º grau:

1) Secretário-geral-adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ministro plenipotenciário de 1.ª classe Luís Manuel Barreira de Sousa;

2) Directora-adjunta do Departamento-Geral de Administração conselheira de embaixada Rosa Maria Bettencourt Amarante de Ataíde Batóreu Salvador e Brito.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

19 de Junho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 17 115/2007

O crescente compromisso de Portugal com uma presença activa na vertente multilateral da política externa nacional, nomeadamente na área do turismo, é uma posição claramente assumida pelo actual Governo.

Tal atitude traduz-se no empenho em assegurar a realização das reuniões, a assunção de candidaturas relevantes para o interesse nacional no âmbito da Organização Mundial do Turismo (OMT) e a concretização das mesmas.

O acompanhamento das questões nos foros internacionais e, designadamente, na sede da OMT em Madrid assume grande importância, tanto do ponto de vista do turismo nacional como internacional.

É crescente a relevância e a afirmação de Portugal nesta área a nível internacional e essencial o diálogo permanente entre o governo português e a OMT, tendo Portugal sido eleito para a vice-presidência do conselho executivo em Novembro de 2005 e tendo-se realizado em Portugal as comemorações do Dia Mundial do Turismo no ano de 2006.

Pela resolução n.º 5/2007, de 29 de Janeiro, publicada na 2.ª série do *Diário da República*, foi exonerado o anterior representante de Portugal na OMT.

Atendendo a que a representação do Estado em actos ou reuniões internacionais de especial importância pode ser assegurada por individualidades não pertencentes ao quadro do pessoal diplomático;

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro:

1 — Nomeio a Dr.ª Maria Teresa Quintela Pinto Bessa Pereira de Moura como representante, não residente, de Portugal junto da Organização Mundial de Turismo (OMT), em Madrid.

2 — A presente nomeação não implica o provimento de vaga na respectiva categoria da carreira diplomática.

3 — O presente despacho produz efeitos a 10 de Março de 2006.

20 de Junho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 17 116/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi Vanda Patrícia Peixoto da Cruz afecta ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pela Direcção-Geral dos Impostos na integração da referida funcionária no seu quadro de pessoal;

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração da funcionária Vanda Patrícia Peixoto da Cruz na situação jurídico-funcional de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, escalão/índice 1/400, em lugar a crescer